

# Parlamentares condenam monopólio

BRASÍLIA — Foi com ironia que o empresário e deputado Afif Domingos (PL-SP) reagiu à decisão do plenário da Constituinte que nacionalizou a exploração de recursos minerais.

Afif disse que a partir da promulgação da nova Constituição, o Brasil ficará, como diz o Hino Nacional, cantado em plenário pela esquerda: "Deitado eternamente em berço esplêndido".

Praticamente, todos os líderes do Centrão demonstraram preocupação com a dificuldade que o País terá para explorar sem ajuda externa os seus recursos minerais, além de criticar o xenofobismo.

Roberto Campos descobriu uma nova ameaça:

— Ciumentamente guardados da cobiça estrangeira, os minerais brasileiros correm o risco de se tornarem cada vez mais obsoletos, com o surgimento de novos materiais de laboratório, em consequência do avanço da tecnologia, como os termoplásticos, as fibras óticas, as fibras reforçadas com metais, a cerâmica avançada e os supercondutores. O que era estratégico ontem pode ser obsoleto amanhã.

O Deputado Luis Eduardo (PFL-BA) comentou que, além de demonstrar xenofobia, esta decisão vai retardar a descoberta de novas jazidas e dificultar as relações do Brasil com o mundo:

— É extremamente ruim para o País. Não podemos desprezar o investimento estrangeiro em pesquisa. Num momento de abertura, estamos procurando fechar o País. Mais uma vez, estamos na contra-mão da história.

A mesma preocupação foi manifestada pelo Senador Albano Franco (PMDB-SE), Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele entende que a restrição ao capital estrangeiro em terras indígenas, na faixa de fronteira e na extração de minerais estratégicos já seria suficiente:

— Isto poderá dificultar e assustar o investimento estrangeiro no País. E a extração de minerais poderá ser reduzida, porque isto requer investimento e tecnologia.

Roberto Campos também entende que o Brasil não tem poupança suficiente para enfrentar o enorme risco da pesquisa. Em consequência, as ri-

quezas minerais ficarão escondidas no subsolo:

— Estamos fazendo não a opção pelos pobres, mas a opção pela pobreza. Apenas 0,03 por cento do território nacional é efetivamente minerado por empresas estrangeiras. Assim, é totalmente inexplicável esta morbidez xenofóbica.

O raciocínio do Deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) seguiu pelo mesmo caminho. Ele comentou que "a esquerda, inocentemente, pensou em ajudar o País ao restringir o ingresso de capital estrangeiro. Mas nós precisamos é estimular este ingresso. Não podemos pensar em preservar riquezas para gerações futuras quando temos 60 milhões de miseráveis no País".

Visivelmente contrariado, o Deputado Delfin Neto (PDS-SP) também optou pela ironia ao tratar do assunto:

— Isto revela, mais uma vez, a miopia do plenário. Mas não tem problema. Agora vamos aprovar um dispositivo que vai revogar a lei da gravidade. Assim, os constituintes poderão pular do oitavo andar sem problemas.

## Empresários criticam nacionalismo radical sobre a mineração

SÃO PAULO — Os principais empresários do setor de mineração do País entendem que a radicalização em torno do nacionalismo nessa atividade poderá prejudicar o País, que não tem recursos suficientes para a exploração do solo. O ideal seria que as empresas internacionais que aqui viessem aplicassem recursos, gerando emprego e revertendo os lucros em novas reações, afirmou o Diretor Superintendente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, que teme que ocorra um aumento na burocracia para autorização de lavra de minérios no País com a nova Carta.

Foi saudada como boa atitude da Constituinte em relação ao capital estrangeiro, na votação de ontem, a não monopolização da distribuição dos derivados de petróleo. Olacir Franco de Moraes, Presidente do Grupo Itamarati, saudou a notícia — que ouvira minutos antes na TV Globo — como muito boa e que demonstrava bom senso. Ermírio também elogiou a decisão que mantém na nova Constituição o regime de concessão da distribuição do petróleo, "não tendo sentido xenofobia no caso".

★Antônio Ermírio de Moraes, Diretor Superintendente do Grupo Votorantim:

— Eu não quis me manifestar antes sobre o assunto para não me acusarem de lobby na questão mineral. Entendo que na política mineral do País deve haver transparência. A aprovação pela Constituinte de que o solo nacional deve ser explorado por empresas nacionais brasileiras sempre foi defendida por mim, mas entendo que as empresas estrangeiras que aqui viessem, para explorar o solo com aplicação de recursos e posterior re aplicação, seriam bem vindas. De outro lado, tenho a impressão de que estamos fazendo uma lei para não ser cumprida. Também ficará mais difícil a aprovação de novas lavras, pois o mecanismo de se aprovar no Senado, deixa tudo mais complicado.

★Octávio Lacombe, Presidente da Paranapanema:

— Eu acho que foi um erro da Constituinte aprovar essa questão da forma como foi feita. Como Presidente da Paranapanema, que é considerada a maior empresa nacional do setor, posso dizer com certeza que as empresas brasileiras do ramo de mineração não têm nem capacidade,



Mineradora estrangeira que aplica recursos no País deve ser bem-vinda

Antônio Ermírio de Moraes



Discriminação nos deixa sem ajuda para explorar as riquezas brasileiras

Octávio Lacombe

nem recursos financeiros e humanos para expandir as suas atividades. A Paranapanema se enquadra nisso. Estamos trabalhando em 100 por cento da nossa capacidade e não temos como expandir mais. Por isso, eu entendo que o Brasil precisa da colaboração de companhias mineradoras estrangeiras. O País é muito grande e riquíssimo. Há espaço para todo mundo e quem sai beneficiado com isso é o próprio País. Agora, com essa discriminação às mineradoras estrangeiras, as empresas paulatinamente deixarão o Brasil e ficaremos sem ajuda para explorar as riquezas. Posso dizer com absoluta certeza que o País ainda nem começou a ter as suas principais reservas minerais exploradas. Não conseguimos sequer arranhar as maiores reservas e por isso precisamos de muito apoio para explorar. Ainda sequer sabemos quanto de riquezas temos em nosso subsolo.

## Planalto não se manifesta sobre a nacionalização

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto não emitiu opinião ontem sobre a decisão da Constituinte de nacionalizar a exploração dos recursos do subsolo. Segundo o jornalista Carlos Henrique de Almeida Santos, novo Sub-Chefe do Gabinete Civil para Assuntos de Imprensa e Divulgação, o assunto deverá ser analisado pelos Ministros da área econômica, não se justificando, portanto, palpi-

tes dos funcionários do Governo sediados no Palácio.

Aliás, Carlos Henrique transmitiu ontem aos seus auxiliares diretos as diretrizes que vigoram, a partir de agora, orientando a política de comunicação do Governo. Um dos pontos principais é que, no Palácio do Planalto, não mais serão comentadas as medidas adotadas e os dispositivos aprovados pela Constituinte.